



Horácio Lafer no Ministério da Fazenda: um fiel da balança?¹

Alexandre Macchione Saes

1. Introdução

Horácio Lafer desempenhou relevante papel como industrial – na direção do grupo Klabin – e, especialmente, como político entre as décadas de 1930 e 1960. Ingressando na vida pública por meio das associações de classe dos industriais, participou da formação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP, 1928), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 1931), da Confederação Industrial do Brasil (CIB, 1933) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 1938), foi representante classista na constituinte de 1934, deputado federal no governo constitucional de Getúlio Vargas e membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda entre 1943 e 1950. No período do pós-Segunda Guerra Mundial se tornou ator central de momentos decisivos da história do país, como na constituinte de 1946, na liderança da maioria na Câmara durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e, por fim, com os cargos de ministro da Fazenda no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1953) e de ministro das Relações Exteriores no governo de Juscelino Kubitschek (1959-1961).

O percurso de Horácio Lafer na vida pública nacional se confunde com a fase de profunda transformação da economia brasileira, com a ascensão da indústria como parte relevante da organização da vida social e econômica do país. Os primeiros discursos de Lafer nas tribunas da Câmara dos Deputados se realizaram numa economia ainda predominantemente agrária, que vivia os impasses

da crise observada a partir da quebra da bolsa de Nova Iorque. No final dos anos 1950, já como ministro das Relações Exteriores, Lafer representava o Brasil como diplomata de um país em franco processo de industrialização, em meio ao Plano de Metas e a instalação das indústrias automobilísticas e pesadas. Como industrial e defensor de um projeto nacional de desenvolvimento, a personagem não poderia passar incólume sob os rumos que o país tomava ao longo de tal processo.

O presente capítulo pretende explorar o papel de Horácio Lafer no Ministério da Fazenda, durante um curto período – pouco mais de dois anos, da primeira parte do segundo governo de Getúlio Vargas –, mas que marcaria um relevante momento de consolidação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Inserido num governo que se tornou objeto de grandes divergências políticas e acadêmicas, reflexo das próprias tensões políticas presentes durante o mandato de Vargas, e tendo assumido um dos mais estratégicos ministérios daquela administração, as intenções e ações de Horácio Lafer emergem como centrais para definição do caráter do governo. Para atingir tal objetivo, apresenta-se a trajetória de Horácio Lafer, especialmente por meio de seus discursos parlamentares e ministeriais, como parte de uma geração de industriais e políticos brasileiros que estiveram comprometidos com as diretrizes que alicerçaram um projeto de desenvolvimento para o Brasil em meados do século XX.

Em suma, o capítulo apresenta um homem coerente com sua trajetória de industrial e de político (representante dos grupos industriais) desde a década de 1930. Recuperando os discursos de Lafer como parlamentar e ministro, é possível compreender como, em momento algum, sua atuação no Ministério da Fazenda poderia sugerir que foi defensor de uma política econômica ortodoxa. Lafer estava definitivamente alinhado ao projeto econômico do governo Vargas, produzido a partir dos esforços da Assessoria Econômica e que estabelecia como prioridade a superação do subdesenvolvimento brasileiro via um processo de industrialização. Esse projeto já estava em gestão no Estado Novo, sendo reverberado pelas associações de classe presentes em eventos como o Congresso Brasileiro de Economia, o Congresso Brasileiro da Indústria e a Conferência Nacional das Classes Produtoras. A política econômica comprometida com o saneamento econômico e o equilíbrio fiscal não negava, portanto, uma ativa postura do governo no sentido de viabilizar a industrialização do país. Naquela conjuntura do início da década de 1950, tendo herdado desequilíbrios econômicos do governo anterior, a expectativa era de financiar o desenvolvimento por meio de recursos estrangeiros,

previstos na Comissão Mista Brasil e Estados Unidos (CMBEU), e por meio do planejamento econômico conduzido tanto por essa comissão como pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, órgãos diretamente subordinados ao ministério da Fazenda.

2. Horácio Lafer, o fiel da balança

Buscar uma definição estritamente objetiva para o governo de Getúlio Vargas é tarefa de êxito improvável. Vargas foi governante reconhecidamente habilidoso, com significativa capacidade de diálogo e articulação entre os mais diversos atores e grupos sociais, que acabou legando importantes controvérsias sobre o significado de suas medidas, tanto no âmbito político como econômico. Neste, por exemplo, enquanto o Estado Novo aprofundou medidas de caráter centralizador e nacionalista, com Vargas cercando setores estratégicos e tomando-os para controle do Estado, as relações diplomáticas com os Estados Unidos foram marcadas por harmonia, resultando tanto na interrupção da moratória brasileira em 1939, como na garantia dos acordos necessários para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional².

O retorno do “retrato do velho” ao posto de presidente da República em 1951, tendo alcançado quase 50% dos votos numa vitória contra o udenista Eduardo Gomes, gerou elevadas expectativas por parte de diferentes setores da sociedade. A presença de Getúlio Vargas na cadeira da Presidência da República era, para a população, um resgate de símbolos e de recentes resquícios de um Estado Novo populista (Fonseca, 1989). O discurso nacionalista voltava a ecoar tanto dentro do governo, agora num ambiente democrático, como entre grupos políticos e sociais. As expectativas de que ações voltadas ao aprofundamento do processo de industrialização e, quando necessário, apoiada pela expansão das atividades estatais, voltavam à ordem do dia. Esse projeto nacional de desenvolvimento, que parecia estar no cerne do plano de governo de Getúlio e era reforçado com a expressiva atuação de sua Assessoria Econômica, já não dispunha de total autonomia para ser realizado como outrora durante o governo ditatorial. Assim, para parte da literatura que tratou de analisar a gestão do segundo governo Vargas, Horácio Lafer passou a ser visto como um fiel da balança, um representante de peso no Ministério da Fazenda, capaz de se contrapor ao nacionalismo do governo de viés populista.

A dificuldade de se governar num ambiente polarizado e de complexas demandas setoriais, incompatíveis com a capacidade do Estado de atendê-las, embasou interpretações que o caracterizam o segundo governo de Getúlio Vargas como incoerente ou hesitante. Essa leitura, se por um lado, lembrava vestígios das teses de um Estado de compromisso que teria existido nos anos 1930, por outro, apresenta o segundo governo Vargas numa encruzilhada, tomando de face o dramático final do governo, de completo esgarçamento das tensões políticas ocorrido entre 1953 e 1954, para caracterizá-lo como um todo³. Em suma, seguindo tal leitura, ao tentar aglutinar e conciliar interesses de espectros sociais e políticos tão distintos dentro de seu governo, Getúlio Vargas teria aprofundado a instabilidade e os conflitos políticos.

É possível afirmar que Maria Celina Soares D'Araújo e Maria Antonieta Leopoldi acabam por incorrer nesse desvio interpretativo. D'Araújo (1982) defende que instabilidade não foi gerada nos meses finais do governo, mas tinha origem no próprio período da campanha, quando a candidatura personalista de Vargas refletia a fragilidade da baixa institucionalização dos partidos políticos brasileiros mesmo após a redemocratização. Trabalhando com a composição político-partidária e regional do primeiro gabinete de Vargas, a autora reitera o caráter ambíguo do governo: o chamado “Ministério da Experiência” não conseguiu aglutinar o PTB; o governo abriu espaço para a UDN, mas esta se manteve desconfiante do projeto varguista; por fim, o governo tampouco pacificou setores militares desgostosos com algumas das nomeações regionais. A política de conciliação almejada teria sido frustrada.

No que diz respeito às polarizações existentes no campo da política econômica, Horácio Lafer emerge como nome forte para estabelecer a conciliação com os setores mais conservadores da sociedade. Segundo D'Araújo (1982), a indicação era de Ademar de Barros, que além de Lafer na Fazenda, teria levado também Ricardo Jafet para a presidência do Banco do Brasil. Mesmo que ambos fossem representantes do mesmo empresariado paulista, suas posições ilustravam a ambiguidade do governo: embora a linha de ação econômica estivesse pautada no projeto nacional-desenvolvimentista, supostamente mais alinhada com as políticas creditícias do Banco do Brasil, soluções conciliatórias e tradicionais, presentes na política de saneamento econômico do Ministério da Fazenda, expressavam a ponte entre os interesses econômicos nacionais e os do grande capital internacional.

Assim, assentada sob oposições institucionais, a interpretação de D'Araújo (1982) apresenta a política econômica do governo Vargas a partir de uma agenda conciliatória inconciliável: a Assessoria Econômica e o eixo nacionalista *versus* a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o desenvolvimento mediante a colaboração externa. Em suma, Horácio Lafer, assim como o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, legitimariam o governo para interesses de setores conservadores e de grupos vinculados ao capital estrangeiro⁴.

Maria Antonieta Leopoldi é ainda mais explícita que D'Araújo nesse posicionamento de caráter conservador de Horácio Lafer. Nas palavras da autora, “Lafer parece estar ligado aos interesses do grande capital em São Paulo, especialmente ao capital estrangeiro” (Leopoldi, 2000, p. 185). Reiterando a disputa de Lafer e Jafet, Leopoldi destaca as medidas do Ministério da Fazenda no intuito de tentar transferir funções antes concentradas no Banco do Brasil, criando outros órgãos financeiros, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste do Brasil.

Em outro trabalho, Leopoldi (1994, p. 165) refere-se a um “difícil caminho do meio”, reproduzindo a tese de Maria Celina sobre os limites de uma política de conciliação interpartidária. Para a autora, a plataforma de Vargas teria uma orientação nacionalista não ortodoxa, posição bastante marcada pelos técnicos da Assessoria Econômica, que no intuito de viabilizar a industrialização, reconheciam a necessidade de acesso aos recursos internacionais. Mas coube ao Ministério da Fazenda, que se responsabilizou pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o diálogo com os interesses estrangeiros. A autora ressalta o papel de Lafer em tornar o Decreto-lei de 3 de janeiro de 1952, que controlava a remessa de lucros, em “letra morta”. Essa seria uma vitória de Lafer contra Jafet, que por meio da aprovação da Lei de Câmbio Livre, arrefeceu os ímpetos nacionalistas do presidente do Banco do Brasil (Leopoldi, 1994).

As contribuições de Lourdes Sola para a compreensão do projeto econômico e da gestão de Getúlio Vargas podem, em parte, ser inseridas nessa mesma tendência. Ao caracterizar o governo Vargas como constituído de um lado por uma equipe de técnicos nacionalistas, agrupados na Assessoria Econômica, e, de outro, por burocratas cosmopolitas, que formavam a maioria da equipe brasileira na CMBEU, a autora reproduz a leitura dicotômica dos quadros do governo empossado em 1951. Vale dizer que, diferentemente de D'Araújo e Leopoldi, Horácio Lafer não é enquadrado por Lourdes Sola como parte da

linhagem cosmopolita da Comissão Mista, representados especialmente por Roberto Campos e Lucas Lopes (Sola, 1988).

O que diferencia o argumento de Lourdes Sola é o que autora chama de um nacionalismo “moderado”, isto é, a preocupação do governo de reduzir a vulnerabilidade da economia para garantir o controle nacional dos setores que regulavam a dinâmica do processo de acumulação de capital. O projeto nacionalista de Vargas, caracterizado como alternativo e moderado, teria tomado impulso entre 1950 e 1952, quando estavam evidentes as dificuldades que o governo teria para financiar qualquer projeto mais robusto de desenvolvimento econômico, considerando não somente o volume necessário de investimentos para atender às demandas de infraestrutura, como também os desafios monetários e cambiais. Nas palavras da autora, “nesse período, a política de Vargas consistiu na tentativa de *compatibilizar* a implantação de um projeto *moderadamente* nacionalista de desenvolvimento com a busca *de novas formas de inserção* do Brasil no sistema de cooperação internacional, *de modo a obter o apoio oficial dos EUA para a consecução desse projeto*” (Sola, 1988, p. 95, grifo nosso).

Numa outra perspectiva da literatura, a figura de Horácio Lafer caracteriza mais do que o equilíbrio entre o desenvolvimentismo nacionalista e a ortodoxia econômica: sua atuação no Ministério da Fazenda, assim como a de seu sucessor, Oswaldo Aranha, teria representado o projeto hegemônico do governo Vargas. Para leitores desavisados sobre a trajetória de vida e dos posicionamentos políticos de Horácio Lafer, que o conhecem somente por meio dessas sínteses da política econômica dos governos republicanos, uma falsa imagem sobre a personagem pode ser construída.

Tais descrições partem de uma premissa de que somente por meio da estabilização da inflação e do saneamento da economia seria possível abrir uma fase para investimentos e realizações. Essa caracterização, inaugurada com Sérgio Besserman Vianna, se sustenta em documentos produzidos no período por Aranha e Lafer (Vianna, 1987). Segundo esses documentos, o programa da nova gestão reproduziria, em um único mandato, as presidências de Campos Sales e Rodrigues Alves na Primeira República. O primeiro teria saneado a economia no contexto do acordo do *funding loan* de 1898, ao passo que o segundo teria desfrutado da estabilidade econômica para empreender uma fase de realizações, tais como as reformas urbanas de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, para gerar uma fase de significativo crescimento econômico.

O argumento de Vianna, contrastando com o que ele definia como as visões dominantes sobre o segundo governo Vargas – tanto da ambiguidade das decisões políticas, como da existência de uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico de construção de um modelo alternativo de capitalismo brasileiro –, se define no sentido de compreender a gestão como preocupada em estabelecer uma política econômica estabilizadora ao firmar as alianças com o capital estrangeiro (Vianna, 1987). Como o cenário econômico não se mostrou favorável para realizar a almejada estabilização da economia, tanto pela crise cambial como pelo fim da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ambos em 1953, o governo teria permanecido com seu viés econômico ortodoxo. Nesse contexto, Vianna destacou os aspectos liberais da política econômica do governo Vargas, de políticas fiscal e monetária restritivas, caracterizando não somente os dois primeiros anos, mas todo o mandato como fundado numa política econômica monetária e fiscal de caráter ortodoxo (Vianna, 2014).

Noutro texto, Vianna e Villela (2011) apresentam o ministério de Vargas como conservador – que respondia à necessidade de criar um espírito conciliatório frente ao governo de caráter nacionalista – tendo viabilizado um governo de estabilização para garantir a queda da inflação. Os autores argumentam que entre, 1951 e 1952, a política econômica foi de queda das despesas governamentais, de elevação da arrecadação, gerando o primeiro superávit global da União e dos Estados desde 1926. Em suma, Horácio Lafer teria cumprido com o papel de introduzir uma política econômica ortodoxa, contrariando os ímpetus desenvolvimentistas presentes na direção do Banco do Brasil, a voz dissonante do governo varguista nos dois primeiros anos da gestão.

Pedro Paulo Bastos critica essa leitura, que teria dado excessivo poder ao Ministério da Fazenda na definição e coordenação das estratégias do governo Vargas. Para o autor, não existiriam evidências para se afirmar que Vargas tivesse autorizado Lafer a comandar a política de crédito diferentemente daquela que o próprio presidente defendia. Bastos (2005) acredita que os documentos utilizados por Vianna, com base nos quais o autor pudesse definir o projeto de Vargas a partir das gestões de Campos Sales e Rodrigues Alves, são pouco representativos. A tese de Vianna ficaria ainda mais frágil quando confrontada com a mensagem programática de 1951, com os posicionamentos públicos das personagens e com a “alentada correspondência do período” (Bastos, 2005, p. 197). Por meio do estudo da produção de Horácio Lafer sobre a política monetária, Bastos (2005, p. 192)

afirma que “Lafer chegava ao ponto de rejeitar consciente, pública e coerentemente a ortodoxia econômica, usando argumentos teóricos e históricos sólidos”, como, por exemplo, quanto ao tema da política de crédito do Banco do Brasil, em que “o crédito devia ser mais seletivo para apoiar mobilizações de capital fixo e o pleno emprego”.

Conforme se argumenta neste capítulo, a trajetória política de Horácio Lafer parece indicar uma caracterização sobre sua atuação no Ministério da Fazenda bastante diversa do que parte relevante da literatura indica. Seguem-se, nesse sentido, as pegadas deixadas por outra vertente do debate sobre o projeto político de Getúlio Vargas, a qual defende a existência de uma significativa coerência entre os projetos de governo e as ações do presidente em seu mandato entre 1951 e 1954. Autores como Pedro Fonseca (1987; 2009) e Pedro Paulo Bastos (2012) demonstram como Vargas conduziu sua administração de maneira consistente tanto com a defesa de suas propostas de campanha presidencial, como com a própria Mensagem ao Congresso de 1951 – isto é, com suas diretrizes de governo⁵.

Nesse sentido, as ideias econômicas de Horácio Lafer não somente estavam alinhadas com o projeto desenvolvimentista varguista, inexistindo qualquer tipo de oposição entre as ações de Lafer e da Assessoria Econômica, como também as manifestações do ministro antes de assumir o cargo não podiam indicar nenhum desvio de suas prévias concepções sobre a economia (Bastos, 2005). Pedro Paulo faz um detalhado estudo sobre o relatório para a Câmara dos Deputados publicado sob o título *O crédito e o sistema bancário no Brasil* (1948), alegando que a historiografia que caracterizou a existência de um desenvolvimentismo incoerente ou de viés ortodoxo não teria avaliado o teor das ideias de Lafer sobre o crédito. Para o autor, tanto Vargas, em seus discursos no Senado, como Lafer, como deputado constituinte ou líder da maioria do PSD, foram defensores de uma política de orçamento equilibrado, o que, todavia, tampouco reduzia a disposição dos personagens de conduzir uma coerente política desenvolvimentista no país.

Seguindo o argumento dos autores, busca-se explorar ainda mais os discursos parlamentares de Horácio Lafer, identificando como a personagem assumiu o Ministério da Fazenda defendendo um conjunto de ideias e projetos que estavam em gestação no país nas últimas décadas, especialmente com o novo papel que as lideranças industriais tinham assumido na política nacional depois de 1930. Portanto, o enquadramento dado à personagem como um *fiel da balança*, de um

político que polarizava o campo ideológico, parece estar distante de sua real posição no projeto varguista em construção.

3. Horácio Lafer e a primeira geração de industriais no governo (1930-1945)

Ainda bastante jovem, Horácio Lafer assumiria posição de destaque na vida pública do país, figurando como membro da primeira diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928, menos de dois anos após o ingresso na sociedade da empresa de sua família por ocasião do falecimento de seu pai. A diversificação da economia paulista, com expansão das atividades industriais, estimulou a organização de lideranças industriais como Roberto Simonsen, Jorge Street, Francisco Matarazzo e José Ermírio de Moraes, no sentido de criar uma instituição para defender seus interesses. A *raison d'être* da CIESP, a elevação da indústria a um dos pilares econômicos de sustentação do Brasil, estava de acordo com as convicções de pessoas como Horácio Lafer, as quais vão se constituindo ao longo dos anos 1930. Na década seguinte, a partir da convergência de fatores – tanto de aspectos internos da economia brasileira, como também da própria política econômica internacional –, esse projeto de pensar o desenvolvimento nacional por meio da industrialização se torna hegemônico no Brasil, pautando o debate político sobre os rumos do país (Bielschowsky, 2000).

Muitos dos elementos desse projeto de desenvolvimento nacional, gestado em diferentes planos e propostas econômicas nos anos anteriores, acabaram por ser sistematizados na Mensagem presidencial de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional em 1951, bem como o “guia de ação” do chamado Plano Lafer – documentos que podem ser encarados, em certa medida, precursores do próprio Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Assim, avaliar o percurso dessas ideias econômicas presentes entre industriais e políticos brasileiros nas décadas de 1930 e 1940 é inserir o próprio Horácio Lafer numa geração que compartilhou um projeto que teria significativa representatividade nos rumos políticos e econômicos do país. Assim, se a posição de Lafer não teria sido alterada quando a personagem assumiu o Ministério da Fazenda, tampouco sua trajetória indica um distanciamento com esse projeto nacional desenvolvimentista. Como argumenta Celso Lafer (1988a, p. 49), “à proposta de industrialização do Brasil, Horácio foi fiel na sua atuação como empresário e como homem público no correr da vida”.

Horácio Lafer ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1916, ambiente que permitiu o encontro com mentes e convicções muito semelhantes às suas. Não seria somente um local de estudo, tendo recebido influências teóricas de Rudolf von Jhering – jurista alemão crítico à jurisprudência dos conceitos, cujas ideias foram mais bem assimiladas na Escola do Recife –, como também seu primeiro palco de atuação junto à vida política. Essa associação com outros pensadores críticos de sua época, como Rui Barbosa, Olavo Bilac e Clóvis Ribeiro, aliado ao entusiasmo de Horácio em participar ativamente na mudança que queria para o Brasil, são evidenciados quando de sua participação na Liga Nacionalista de São Paulo (Lafer, 1988a)⁶.

Fundada em dezembro de 1916, devendo ao espírito nacionalista do início do século XX, a Liga Nacionalista reunia professores e alunos convictos da necessidade da constituição de uma solidariedade pautada no orgulho nacional; do avanço da cultura e da difusão da instrução pelo país; da promoção da educação cívica e a política do povo brasileiro; da luta pela defesa nacional por meio do escotismo, alistamento militar obrigatório e fundação de linhas de tiros; e da luta contra as fraudes e corrupções que deturpavam o exercício do voto e as vontades populares. A educação estava no cerne desses objetivos, visto que o voto não era obrigatório nem permitido aos analfabetos. A cidadania viria, portanto, quando a população pudesse engajar-se politicamente, livre das amarras do voto aberto que a aprisionava em “currais eleitorais” e, em contrapasso, tivesse a obrigatoriedade de cumprir com esse seu dever. Horácio participou pessoalmente das escolas noturnas, alfabetizando os operários nas próprias fábricas. Os participantes da Liga Nacionalista acreditavam em suas responsabilidades para com esse dever cívico, afinal, enquanto parte da elite nacional, devia responsabilidades por conta desse privilégio (Lafer, 1988a).

Uma vez formado, passou a advogar em São Paulo, assim como frequentou cursos de aperfeiçoamento em filosofia, finanças e economia na Alemanha (Couto, 2017). Compartilhando espaços e projetos com os industriais paulistas, sobretudo depois que assumiu efetivamente a direção da Klabin Irmãos & Cia., é notória a aproximação intelectual de Horácio Lafer com Roberto Simonsen, possivelmente a maior liderança da classe nos anos 1930⁷. Celso Lafer afirma que o discurso de Simonsen na fundação do CIESP, “Orientação Industrial Brasileira” – que sintetizava um ideário comum dos representantes da indústria nacional –, foi “um marco no pensamento industrial, colocando a industrialização como um meio não

somente para a independência econômica do país, mas para o enriquecimento social” (Lafer, 1988a)⁸.

Faz-se necessário notar como Lafer, nos primeiros anos da década de 1930, assim como Simonsen, expressava relativa simpatia com os ideários liberais, da livre iniciativa, da entidade privada. Para o autor, a noção de progresso econômico reservava um espaço generoso para o indivíduo e para a iniciativa privada, que estimularia o “espírito de empreendimento”. Por isso, “a intervenção alheia”, que limitaria a liberdade individual era prejudicial para o crescimento do país: “No Brasil (...) o Estado deve ser discreto, comedido, exercendo apenas uma ação de solidariedade humana, no amparo às classes desfavorecidas e dentro de um sistema de providências que não ataquem a iniciativa privada e antes a aproveitem e desdobrem” (Lafer, 1988 [16.12.1933], p. 129).

Se a defesa do capital privado nacional era uma parte importante da concepção econômica, Lafer não deixou de problematizar sobre os limites do mercado como garantidor do bem social e do desenvolvimento econômico. Refletia, assim, a ascensão de personagens críticos aos princípios do liberalismo de século XIX, ao padrão-ouro e à centralidade das leis do mercado na regulação social. Para Lafer, nem o “liberalismo econômico individual exclusivista”, tampouco “o coletivismo ético-social” seriam adequados para resolver as questões econômicas e sociais do período (Lafer, 1988 [16.12.1933], p. 124)⁹.

Ponderando historicamente, reconhecia que o progresso econômico em solo nacional dificilmente poderia se realizar nas mesmas bases do que ocorria no exterior. Em suma, a iniciativa privada deveria ser preservada e incentivada, mas o autor já reconhecia os limites sociais do país, os quais exigiam um “sistema de providência”. Ilustrava essa perspectiva o relato de sua participação numa comissão que apresentou ao presidente da República, em 1928, um projeto para uma pioneira legislação social. Anos mais tarde, o deputado reiteraria sua posição: “Sendo o primeiro postulado da moral e da solidariedade humana, o Estado deve proteger os fracos, amparar os desvalidos, auxiliar o proletariado, exercer, enfim, uma função reparadora das misérias da terra” (Lafer, 1988 [30.05.1935], p. 232).

Tal postura é ratificada quando a temática era a nascente indústria brasileira. Horácio Lafer criticou Agamenon Magalhães, em debate na Câmara dos Deputados, em dezembro de 1933, quando o jurista alegou que as indústrias brasileiras eram artificiais e a recuperação brasileira da Grande Depressão deveria se efetivar pelo estímulo das atividades agrícolas. A intervenção de Lafer

considerava que, se o conceito de “indústria artificial” era empregado aos países que se valiam de políticas protecionistas, seria preciso caracterizar toda a indústria inglesa como artificial (Lafer, 1988 [11.12.1933], p. 153). Em seus discursos na Assembleia Constituinte, e mesmo no mandato como deputado interrompido pelo Estado Novo, são raros os momentos em que o industrial fez menção a autores, mas é notória como sua argumentação sobre a importância da indústria na economia nacional segue de maneira muito próxima as posições de Roberto Simonsen.

Em discurso de 1934, realizado também na Câmara dos Deputados, Lafer tratou de outro tema que lhe era caro: o equilíbrio orçamentário e a necessidade de disciplina do Estado. Defendia que cobrir déficits com empréstimos estrangeiros era “acorrentar cada vez mais ao problema cambial um provável equilíbrio orçamentário” (Lafer, 1988 [16.01.1934], p. 131). A experiência econômica recente certamente influenciava a posição de Lafer, observando a dificuldade de manutenção do balanço de pagamentos positivo num período de crise internacional e queda das exportações. O endividamento externo, sem rendas para cumprir com os compromissos da dívida, comprometia o equilíbrio no orçamento. Tal postura estava de acordo com sua leitura de que a ordem financeira representava a ordem política, em que o equilíbrio orçamentário significava dever e respeito por parte dos representantes do povo (Lafer, 1988 [16.01.1934], p.132).

Meses mais tarde, voltando ao tema, ainda como resultado do ambiente da crise internacional, observava a dificuldade de se recuperar o balanço de pagamentos por meio da expansão das exportações. Diante tal cenário, defendia a necessidade de buscar a atração de capitais estrangeiros enquanto rejeitava a postura de recorrer a novos empréstimos externos (Lafer, 1988 [09.03.1934]). Sua leitura sobre a importância de se contar com o capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional seria ainda mais intensa a partir do período da Constituinte de 1946, quando o ambiente do pós-II Guerra parecia abrir novas oportunidades de financiamento das atividades econômicas com recursos do exterior em associação ao capital nacional (Lafer, 1988 [28.08.1946]).

Num longo discurso realizado em maio de 1935, agora como deputado federal eleito por São Paulo, Lafer fez uma aprofundada análise das finanças e da economia brasileira. Nela é possível identificar outro elemento de sua concepção histórica sobre a realidade econômica nacional. Para o deputado, os efeitos da crise econômica no país eram ainda mais perversos por conta de sua frágil posição na

economia internacional, resultante de sua dependência financeira em relação às exportações de café. Quase adiantando a análise de Celso Furtado sobre o deslocamento do centro dinâmico, Lafer ressaltava de maneira enfática o sucesso do governo “revolucionário” em promover “medidas de verdadeira salvação pública”, como com a queima de milhões de sacas de café. Essas políticas teriam revertido a situação de crise econômica e o desemprego do país muito antes de diversos países industrializados (Lafer, 1988 [30.05.1935], p. 233-7).

Com o fechamento do Congresso Nacional pelo golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, Lafer se distanciou da política para se dedicar à administração dos negócios da família Kablin¹⁰. Sem discursar no parlamento, como também sem se manifestar publicamente em jornais, suas intervenções somente voltariam a ser mais regulares com a redemocratização. Antes, contudo, Horácio Lafer retorna ao governo em 1942, integrando a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, momento em que o Brasil romperia suas relações com os países do Eixo. No ano seguinte, Lafer passou a integrar o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, órgão que teria papel importante de definir instrumentos para a administração financeira e tributária de municípios e governos estaduais, buscando padronização dos orçamentos dos entes subnacionais. O conselho foi um canal importante de comunicação entre o empresariado e o governo.

Se sua participação no Conselho Técnico de Economia e Finanças representava sua crença na necessidade de municiar o governo com órgãos técnicos, por outro lado, diversos temas discutidos por Lafer na década de 1930 apareceriam em três relevantes iniciativas promovidas pelos empresários nacionais¹¹. Entre 1943 e 1945, foram realizados os Congressos Brasileiros de Economia e da Indústria e a Conferência Nacional das Classes Produtoras, oportunidades em que se reuniram as principais entidades e representantes das atividades econômicas, definindo diretrizes para o desenvolvimento do país¹².

No I Congresso Brasileiro de Economia, mais de duzentos comerciantes, industriais, agricultores, banqueiros e economistas encontraram-se no Rio de Janeiro entre os dias 25 de novembro e 18 de dezembro de 1943¹³. Entre os organizadores do evento estavam Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e João Daudt d’Oliveira, presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Participaram do congresso quase duzentas entidades como Associações Comerciais, Faculdades, Sindicatos e Institutos

econômicos. Durante o congresso foram criadas comissões, coordenadas por personagens como Roberto Simonsen, Eugenio Gudin e José Carlos de Macedo Soares, que elaboraram propostas para diferentes dimensões da economia nacional, das atividades produtivas, passando pela circulação e pelo investimento. Para além das atividades produtivas, também não escaparam do evento propostas de caráter social, concernentes ao atendimento de demanda dos trabalhadores. Na solenidade de abertura, ao lado do presidente Getúlio Vargas, Roberto Simonsen discursou pontuando os objetivos do Congresso. Considerava que era hora de construir um “justo programa de prosperidade nacional, capaz de propiciar melhores condições de vida para o povo”, exigindo que para isso fosse necessário se despir de preconceitos e doutrinas exóticas ou ortodoxas (*apud* CBE, 1943, p. 95).

O auge desse movimento de reunião de representantes das atividades econômicas nacionais ocorreu em 1945, na cidade de Teresópolis, onde quase setecentos representantes de entidades do comércio, da indústria e da agricultura realizaram a 1ª Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP). Conhecido como Conferência de Teresópolis, o evento foi realizado no início do mês de maio daquele ano, e reuniu, nas palavras de seus organizadores, “a totalidade das forças econômicas nacionais” (CONCLAP, 1945, p. 1)¹⁴.

Numa fase de redemocratização, João Daudt d’Oliveira, então presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e um dos organizadores da conferência, defendia que era o momento de ouvir “todas as vozes, quer representantes de classe, quer independentes, destinadas a interpretar e esclarecer as questões nacionais ligadas intimamente à evolução do país”¹⁵. Se as realizações do I Congresso de Economia, bem como, do Congresso Brasileiro da Indústria foram bastante saudadas pelas classes produtoras, a Conferência de Teresópolis pareceria consubstanciar o momento de máxima congregação dos setores econômicos brasileiros. O evento foi marcado por pautas que se afastavam de temas explicitamente político-partidárias. Tanto a imprensa quanto os participantes reiteravam uma vocação suprapartidária, neutra e plural, uma reunião de “homens de todas as correntes políticas” movidos “pelo mesmo objetivo de são patriotismo”.¹⁶ Afinal, o encontro seria “de natureza puramente econômica” e indicaria “os anseios das classes produtoras na sua preocupação constante de trabalho pela grandeza do Brasil”¹⁷; as pautas, então, centradas somente em “assuntos sociais e econômicos”¹⁸.

Tanto foi assim que as entidades participantes estabeleceram a instalação de uma “Comissão Permanente das classes produtoras”, localizada no Rio de Janeiro, como forma de manter uma colaboração contínua com as autoridades e capaz de auxiliar na tarefa de “reerguimento econômico” do país¹⁹. Isso tudo também pode ser conferido na própria declaração originada após a conferência, que foi amplamente divulgada e reproduzida em vários veículos da imprensa nacional a partir de seus objetivos básicos e de sua declaração de princípios: “Na consideração desses problemas [da economia brasileira], destacaram-se desde logo objetivos básicos ou aspirações fundamentais, constitutivos de uma consciência coletiva predominante na orientação de todas as atividades da Conferência, e, em complemento a esses objetivos básicos, os princípios de política econômica que formam com eles um corpo de declarações, capaz de constituir, neste momento histórico, uma Carta Econômica para o Brasil” (CONCLAP, 1945, p. 1).

A “Carta Econômica”, conhecida como “Carta de Teresópolis”, trazia a público um diagnóstico dos problemas econômicos a serem enfrentados pelo país, bem como objetivos e metas a serem adotados pelo governo e pela iniciativa privada. Se se tratava de um “momento histórico” oportuno para uma intervenção das classes produtoras – visando à identificação e à proposição de soluções aos problemas econômicos mais amplos –, não deixava de se fazer notar uma “consciência coletiva” quase predominante nas discussões propostas. Essa preocupação com o coletivo, com o “bem geral”, esse ideal de um progresso inclusivo, de um desenvolvimento econômico aliado à “justiça social” ocuparam lugar privilegiado nas aspirações e diretrizes definidas pelos participantes da Conferência. Em suma, tratava-se mesmo de uma aspiração por um “desenvolvimento geral do país” (CONCLAP, 1945, p. 2).

As diretrizes listadas no documento de Teresópolis consistiam: (1) combate ao pauperismo; (2) aumento da renda nacional; (3) desenvolvimento das forças econômicas; (4) democracia econômica; e (5) justiça social. Às diretrizes econômicas, então, eram articuladas metas de cunho social. O combate ao pauperismo deveria passar de forma incontornável pelo amplo desenvolvimento dos setores produtivos. Além disso, com a proximidade do fim do Estado Novo, certa atmosfera de expectativa democrática pairava sobre amplos setores da sociedade. A Carta de Teresópolis, a um só tempo, exaltava a “vocação democrática dos brasileiros” e dava ênfase àquilo que deveria ser entendido como “uma verdadeira democracia econômica”, isto é, a possibilidade de

desenvolvimento pleno dos setores produtivos em todas as suas atividades e na totalidade das regiões do país (CONCLAP, 1945, p. 2).

Desenvolvimento este que deveria contar com todo o amparo legal, institucional e administrativo – bem como com relações de cooperação com corporações e governo dos Estados Unidos. Afinal, parecia prudente escolher um dos lados entre os vitoriosos da Guerra para se alinhar política e economicamente: a defesa do capitalismo e da liberdade econômica, de um lado, e as possíveis virtudes do socialismo soviético, de outro lado. Diante de tal conjuntura – que ainda contava, internamente, com o poder de mobilização dos movimentos sociais, sindicatos e partidos mais à esquerda – os setores produtivos deram a devida importância às questões sociais em suas formulações programáticas. Em resumo, as resoluções advindas da grande conferência das classes produtoras aliavam preceitos ligados à primazia da iniciativa privada (ideias de respeito à liberdade ou à “democracia” econômica e comercial) a determinadas políticas de Estado favoráveis ao desenvolvimento, bem como a questões prementes em termos de responsabilidade e justiça social.

Apesar de não ter subscrito os documentos finais do Congresso de Economia ou a Carta de Teresópolis, ao longo das décadas de 1930 e 1940, Horácio Lafer conseguiu se colocar com significativa expressão como representante de classe, mas também como influente político nacional. Sua posição sobre os rumos da economia brasileira se aproximava em vários pontos de uma leitura de desenvolvimento nacional, que foram sistematizados nos últimos anos do Estado Novo. Lourdes Sola considera que nos anos 1940, com a Missão Cooke e o Congresso Brasileiro de Economia, houve uma significativa convergência na posição de defesa “do planejamento global da economia – técnica, científica, independente da forma de governo” (Sola, 1988, p. 69).

Nesse sentido, a autora considera que um conjunto de premissas entraram em circulação no final de Segunda Guerra Mundial, fundamentando a estratégia econômica que seria denominada como desenvolvimentista, cuja síntese poderia ser expressa na: (1) elevação da renda nacional por meio da industrialização; (2) expansão e diversificação do mercado interno; (3) preocupação com temáticas sociais, tendo o Estado que criar mecanismos para canalizar recursos para programas de educação e saúde; e (4) o Estado como centro privilegiado para direcionar as políticas de transformação das estruturas por meio da técnica e do planejamento. E foi durante o retorno de Vargas à presidência que essas ideias

saíram da teoria para se transformar em práxis, como defende Rômulo de Almeida: “Difícilmente alguma coisa do que se fez, depois, no país, deixou de partir das agências dinâmicas ou de fontes de recursos estabelecidos nos três anos e meio do segundo Governo Vargas” (Almeida, 1982, p. V).

4. Horácio Lafer no Ministério da Fazenda (1951-1953)

Horácio Lafer não contou com a sorte ambicionada na mensagem de Vargas ao Congresso de 1951, que se balizava pela recuperação dos preços internacionais do café e pela sinalização positiva dos acordos com os Estados Unidos para viabilizar o referido projeto de desenvolvimento do país. Por conta da crise econômica de 1953 – tanto resultado da queda das exportações de café que levaria o país à crise cambial, como também da suspensão do financiamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, estabelecida dois anos antes –, Lafer foi vítima da reforma ministerial, tornando-se reconhecido na literatura como o ministro da Fazenda que “teria conduzido” a política nacional no sentido do saneamento da economia. Não bastasse o fato de não ter podido desfrutar da suposta fase das realizações do governo Vargas, enquanto ministro Lafer ainda se indispôs com o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, questionando a política emissionista do banco que se opunha aos esforços de contenção da inflação do Ministério da Fazenda, o que reforçou ainda mais a leitura de que ele teria representado a ala ortodoxa do governo²⁰.

Sua indicação para a Fazenda foi caracterizada como parte de um acerto para que o PSD paulista tivesse assento no governo federal – partido que ficaria também com os Ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Educação e Saúde. Se sua presença no governo podia representar um acerto na coalização de sustentação do governo, como também de um político com trânsito internacional – o *fiel da balança* –, não é possível negar a convergência notória entre a sua trajetória pretérita com o programa do governo de Vargas. Nesse sentido, vale lembrar a atuação de Horácio Lafer como líder da maioria durante o governo Dutra, tomando posições especialmente em temas econômicos: como defensor do Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia); como relator na Comissão de Finanças do projeto referente ao Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e de Comércio (GATT); e, por fim, como contínuo interessado nos temas fiscais do Estado e nos instrumentos de crédito da economia.

A temática do planejamento econômico, que não teria aparecido ainda intensamente em suas falas da década de 1930, assumiria posição central na construção de seu projeto econômico ao longo dos anos 1940. Discursando no parlamento para defender a importância do Plano Salte, Horácio Lafer parecia reviver o debate do planejamento ocorrido anos antes entre Simonsen e Gudin. Para negar qualquer associação entre planejamento e comunismo, o autor recorreu a Mannheim para defender que a planificação não era incompatível com a democracia. Pelo contrário, afirmava Lafer, a “democracia é liberdade dentro da ordem. E, esta pressupõe programa e organização” (Lafer, 1988 [25.01.1949], p. 393). Classificava o Plano Salte como obra de patriotismo, pois praticava um esforço de planificação que se afastava de qualquer imprevisto e, assim, sua preocupação se direcionava ao financiamento do plano. Para o deputado, era inaceitável viabilizar os investimentos necessários por meio da elevação da carga tributária.

Não sendo possível majorar os impostos, como já tinha defendido anteriormente, delegava à poupança externa o caminho para financiamento dos projetos nacionais. No cenário de debate sobre o papel do capital estrangeiro no período de redemocratização, Horácio Lafer defendia que estes deveriam prioritariamente ser aplicados no financiamento de empreendimentos nacionais ou associando-se ao capital nacional (Lafer, 1988 [28.08.1946]). Sua leitura era, dessa forma, extremamente próxima à de Vargas, no sentido de se valer dos empréstimos estrangeiros, mas por meio de instrumentos de controle e de associação ao capital nacional. Não obstante, em 1948, Lafer seria acusado de atuar para os interesses internacionais quando defendeu a conveniência de recorrer à empréstimos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para auxiliar a companhia canadense Light & Power em seus planos de expansão da geração de eletricidade.

Naquela altura, o líder da maioria na Câmara dos Deputados, que foi até cotado para assumir a pasta da Fazenda com a exoneração de Correia e Castro²¹, reconhecia o novo ambiente das relações internacionais como positivo para buscar essa proximidade e associação com os recursos dos Estados Unidos. Comentando a cooperação desse país, por meio de sua análise do relatório da Comissão Abbink, saudava a “nova era que se inicia nas relações americano-brasileiras”, por conta de um documento altamente construtivo, realizado por técnicos nacionais e estrangeiros (Lafer, 1988 [25.05.1949], p. 289).

Nesse sentido, sua opinião em relação ao GATT era também de reconhecimento da importância do realinhamento das relações econômicas internacionais, num ambiente de reconstrução do mundo após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, sua posição favorável ao acordo de forma alguma pode ser interpretada como a de um defensor pleno do livre-comércio. Seu discurso é mediado por inúmeras ponderações sobre a diferença entre os países subdesenvolvidos e aqueles que ele chama de “superdesenvolvidos”. Além disso, apresentou um estudo para mostrar a tendência de queda das tarifas nacionais entre a década de 1930 e 1940, levando o país ter se colocado no debate sobre as tarifas numa posição significativamente desfavorável. Em suma, a adesão ao acordo com a abertura do comércio internacional era desejável, mas teria que necessariamente ser operacionalizada sobre outras bases (Lafer, 1988 [23.07.1948]).

No que diz respeito à reorganização do sistema bancário no Brasil, Lafer, como presidente da Comissão de Finanças da Câmara, apresentou o relatório *O crédito e o sistema bancário no Brasil*, possivelmente a maior contribuição sistematizada do autor ao tema (Lafer, 1948). Pedro Paulo Bastos, que empreendeu estudo verticalizado sobre a obra, sugere que Lafer pode ser considerado o “primeiro político brasileiro a produzir uma defesa sistemática de políticas monetárias e creditícias distantes do dogma da conversibilidade-ouro, afastando-se da tradição de ortodoxia monetária herdada dos tratadistas financeiros do Império e da República Velha” (Bastos, 2005, p. 203). Para Lafer, a moeda teria um “objetivo social”, reconhecendo que os países subdesenvolvidos, sem capitais próprios em quantidade necessária para suas demandas, deveriam adotar políticas monetárias e aparelhamento de créditos que permitissem a estabilidade econômica das atividades internas. Isto é, os objetivos de uma política monetária e creditícia na realidade de subdesenvolvimento deveriam ser conciliados com a necessária realização de investimentos para o desenvolvimento econômico, mas mantendo o controle fiscal por meio de uma expansão seletiva do crédito. Somente o planejamento e a centralização das decisões garantiriam ampla coordenação e priorização do uso dos recursos, tais como o desenvolvimento de atividades básicas de infraestrutura, que eram vitais para dar base material ao crescimento da produção nacional (Lafer, 1948).

Esse distanciamento da tradição ortodoxa monetária, como lembrado por Bastos, era fruto de uma visão histórica que vinha se difundindo entre os economistas brasileiros. Em discurso na Câmara dos Deputados, em 1949, Lafer

recorreu aos exemplos do desenvolvimento econômico da Inglaterra e dos Estados Unidos. Para o industrial, os Estados Unidos, ao longo do século XIX, conseguiram promover uma “transformação nacionalista”, contrária ao internacionalismo inglês, recorrendo às armas pela independência política. Olhando para o Brasil, considerava que precisávamos “ser em economia o que os americanos foram – nacionalistas, otimistas, transformistas, inovadores e repetir como Hamilton até que penetre no subconsciente (...) o interesse nacional”. (Lafer, 1988 [23.09.1949], p. 256)²².

Em suma, não são poucos os elementos que estavam presentes na trajetória parlamentar e nas posições de Horácio Lafer que podem ser reconhecidos no programa do segundo governo Vargas. A Mensagem ao Congresso Nacional (CMN) de 1951, que pode ser interpretada como o programa do governo, releva um projeto de desenvolvimento para o Brasil que foi duradouro. Nas suas mais de duzentas páginas, preparadas às pressas sob a coordenação de Rômulo de Almeida e com apoio de importantes quadros do governo, posteriormente integrados à Assessoria Econômica da Presidência, há um verdadeiro detalhamento de diagnósticos e propostas para o desenvolvimento do país, com a criação de instituições e programas nas mais variadas áreas da vida nacional.

Na introdução da Mensagem, Getúlio Vargas evocava ilações populistas, identificando a eleição como a relação entre Estado e povo, e expressando sua satisfação pelo reconhecimento de sua “lealdade ininterrupta aos interesses populares”. Não obstante, afirmava que a “primeira diretriz das urnas é a do Estado-serviços, com o qual o governo do povo se exerce também como governo para o povo” (MCN, 1951, p. 8). Tal retórica tinha sido recorrente nas falas de Horácio Lafer desde os anos 1930, quando exigia responsabilidade fiscal do governo, pois este não era nada além do que a representação da população.

O respeito ao povo se materializava no discurso de controle das finanças, embora à questão social também tenha sido conferida centralidade no projeto de governo. Se os anos seguintes ao pós-Guerra o presidente Eurico Gaspar Dutra priorizou a liberdade econômica e a abertura comercial, com o novo governo a igualdade de oportunidade não poderia ser medida apenas no campo econômico, mas também a partir do pleno reconhecimento dos desafios sociais do país. Em suma, o governo reconhecia a expressiva desigualdade social do país, por ele caracterizada pelas “diferenças de fortuna e de nascimento”, as quais impedia a escalada dos homens de origem humilde (MCN, 1951, p. 10).

Tal retórica não era nova nem para Getúlio Vargas nem para os homens que tinham sido arregimentados para o governo: tanto Rômulo de Almeida, na liderança da Assessoria Econômica, como Horácio Lafer, no Ministério da Fazenda, eram insuspeitos quanto à necessidade de se priorizar as questões sociais. Lafer, desde seus primeiros pronunciamentos na Câmara dos Deputados, propugnava a construção de uma legislação social, reconhecendo a necessidade do Estado de absorver para dentro de sua estrutura o conflito entre capital e trabalho. No pós-Guerra, a defesa de uma política social ficaria ainda mais intensa, vislumbrando o cenário crescente de disputa entre modelos de sociedade. Em 1948, assim se referiu ao tema: “A rebelião das massas, fenômeno tão bem estudado e hoje crucial no mundo, é a luta, que será eterna, entre a impossibilidade da extensão de ‘tudo a todos’ e o anseio de cada um à participação crescente na renda nacional”. Sendo assim, era responsabilidade do Estado responder às demandas sociais evitando a coletivização e seguindo o modelo da “democracia social” de Franklin Roosevelt nos Estados Unidos: “Desta rebelião das massas resultou, entretanto, um princípio hoje pacífico como dever dos governos e básico para a coexistência social: é a universalização de um mínimo de bem-estar e de conforto, como direito inalienável do homem” (Lafer, 1948, p. 10).

A análise da conjuntura econômica presente na Mensagem, por sua vez, mostra a consciência da dificuldade que o governo enfrentaria no sentido de viabilizar seu programa de desenvolvimento econômico. O diagnóstico imediato sobre a economia era de desequilíbrio, apresentando um quadro orçamentário adverso em 1951 resultante de erros da gestão anterior (MCN, 1951, p. 67). Frente à gravidade financeira, o plano econômico apontava para a necessária compressão das despesas, “base indispensável para prosseguir, com maior segurança e celeridade, no caminho do desenvolvimento econômico e progresso social” (MCN, 1951, p. 77). Sendo parte do discurso inaugural de Getúlio Vargas para o Congresso Nacional, não é possível indicar que a política econômica colocada em prática nos meses seguintes fosse apenas resultado da posição e dos ideários de Horácio Lafer. Meses mais tarde, no primeiro depoimento de Horácio Lafer à Câmara dos Deputados, em outubro de 1951, o então ministro da Fazenda voltava aos argumentos presentes na Mensagem para já apresentar resultados: a política de “moralização” das finanças tinha conferido boa reputação do país ao capital estrangeiro, abrindo novas oportunidades de crédito (Lafer, 1988 [29.10.1951]).

A verdade é que Vargas e Lafer estavam efetivamente muito bem alinhados no que diz respeito às finanças. No discurso de posse no cargo de ministro da Fazenda, este já afirmara: “Detesto a inflação, que dá a poucos a ilusão de que enriquecem enquanto aniquila a economia dos lares de quase todos”. Demonstrando pleno alinhamento com o programa, continuou: “Não vos falarei do meu programa, que não é outro senão o programa do eminente presidente Getúlio Vargas – e porque ele está em discursos, pareceres e trabalhos que traduzem minha modesta, mas sincera atuação na vida pública”²³. Assim, a posição de que a expansão das pressões inflacionárias estava comprometendo o custo de vida, como presente na Mensagem ao Congresso Nacional (MCN, 1951, p.81) era, efetivamente, um entendimento recorrente nos discursos de Lafer, e não um posicionamento político de ocasião.

Ainda no discurso de posse, Lafer repisou os argumentos que estiverem presentes em sua trajetória na Câmara dos Deputados, defendendo que boas finanças eram a representação da ordem e da moralidade, enquanto a anarquia orçamentária era um castigo que cedo ou tarde cortaria a carne do povo. Nesse sentido, o projeto de governo declarava o aumento da produção e a melhoria da produtividade como lemas básicos “do patriótico programa” de Getúlio Vargas, os quais enriqueceriam a nação²⁴. Concluía que era preciso trabalhar em benefício da prosperidade coletiva; do café e algodão, os maiores alicerces da economia agrícola, assim como da indústria como base da “nossa evolução econômica”²⁵. Vale lembrar que, como deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Lafer defendeu a criação de índices de custo de vida para instituir um sistema variável de salários automático, declarando que “o encarecimento excessivo do custo de vida, o surto inflacionário, a escassez ou a má distribuição de artigos essenciais ao consumo do povo afligem e torturam as maiores camadas da população brasileira” (Lafer, 1988 [1946], p. 249). É nesse sentido que, apesar da defesa do orçamento equilibrado como meio de combate à inflação, não se deve classificar Horácio Lafer como um defensor do liberalismo durante o governo de Dutra, conforme argumenta Gomes (2008).

Em suma, a Mensagem de Getúlio Vargas era explícita em relação à prioridade das tarefas do Ministério da Fazenda: “Exercer uma ação eficiente no sentido de fortalecimento interno externo da moeda, distribuição equilibrada e satisfatória do crédito, e saneamento das finanças públicas” (MCN, 1951, p. 85). O governo deveria atacar a inflação com controle monetário, com aumento da

produção essencial e com o combate à especulação. Mas sem perder de vista o programa de transformação da estrutura econômica, por outro lado, novamente se colocava o dilema do financiamento dos projetos de desenvolvimento. A saída que seria tomada pelo governo não diferia do que já defendia Horácio Lafer havia décadas em seus primeiros discursos na Câmara dos Deputados. Frente ao cenário de carência de capitais nacionais, a saída deveria ser o estímulo ao influxo adicional de capitais estrangeiros. Vargas, em 1951, ainda acreditava que as condições eram favoráveis para a atração de recursos externos, o que se revelaria verdade até 1953 (MCN, 1951).

Nesse sentido, mesmo negando a existência de um projeto coeso de desenvolvimento, Maria Antonieta Leopoldi não deixa de considerar a importância de Lafer e do Ministério da Fazenda na condução dos principais eixos de desenvolvimento econômico do governo. Como lembra a autora, a Comissão de Desenvolvimento Industrial – criada por Vargas, mas subordinada à Fazenda – assumiu as tarefas de planejamento dos grandes projetos do governo, como o plano de política energética, de equipamentos pesados, de carvão, o Banco do Nordeste, entre outros.²⁶ Paralelamente, por meio da participação direta de Lafer, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos estabeleceu os mecanismos financeiros para a realização de parte desses projetos, bem como para aprovar, posteriormente, o projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) no Congresso Nacional (Leopoldi, 1994).

Com menos de um ano de mandato, faziam-se evidentes os esforços empreendidos pelo Ministério da Fazenda no sentido de viabilizar o projeto de desenvolvimento de Vargas. Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, Lafer ressaltava o “grande espírito de cooperação” existente entre Estados Unidos e Brasil, relatando a positiva recepção que tivera em Washington na exposição do Plano de Reabilitação Econômica Nacional e Reaparelhamento Industrial (o Plano Lafer), projeto que seguia o espírito do ponto IV do programa do presidente Truman (Lafer, 1988 [29.10.1951]).

O plano de cooperação acabou sendo financiado em parte com empréstimos junto ao BIRD e ao Eximbank, enquanto Lafer precisou se comprometer com metade dos recursos – 500 milhões de dólares – que seriam arrecadados por meio do imposto de renda e formariam o Fundo de Reaparelhamento Econômico. Os projetos existentes no plano apontavam na direção de reduzir os gargalos para o desenvolvimento econômico brasileiro, ampliando a geração de energia elétrica, a

modernização dos transportes ferroviários e rodoviários, expandindo as indústrias de base e introduzindo inovações técnicas na agricultura. No retorno de Lafer à Câmara após a passagem pelo governo Vargas, Lafer discorreu sobre as origens do BNDE, explicando como duas premissas estavam presentes quando levou a proposta do Plano Lafer para os Estados Unidos: (1) que o Brasil teria que assumir a mesma participação do que se solicitava no exterior; e (2) que a meta do plano era a expansão da produção, mas para isso seria necessário resolver problemas básicos dos serviços públicos (Lafer, 1988 [22.08.1956], p. 398).

Para além dos projetos constituídos no Plano Lafer, que estariam na base do próprio Plano de Metas de JK, outro legado central do período em que esteve à testa da economia nacional foi a criação do BNDE. A instituição nascia com o papel de atuar tanto na elaboração dos projetos como na própria implementação das políticas de desenvolvimento. Com um quadro técnico de excelência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico assumiria centralidade nos planos de governo Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, incorporando parte das funções legadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que encerrou oficialmente suas atividades em 31 de janeiro de 1953. Em suma, despendendo significativo esforço e tempo para combater a inflação, Horácio Lafer tampouco poupou esforços para compor um plano coordenado de desenvolvimento, que não apenas identificava os projetos prioritários como também apontava seus meios de financiamento.

5. Considerações finais

Mesmo tendo permanecido no Ministério da Fazenda somente entre 1951 e 1953, Horácio Lafer logrou deixar marcas duradouras na política econômica brasileira, as quais extrapolam as medidas de saneamento da economia. Assim, se o governo Vargas precisou lidar com a conjuntura de desequilíbrios fiscal e monetário, também não abandonou seu ambicioso projeto de desenvolvimento. Nesse sentido, Horácio Lafer precisou enfrentar um intenso debate em torno do controle da inflação e da recuperação das contas nacionais, ao mesmo tempo em que buscava meios de financiar o projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Ainda que aparentemente contraditórias, as intenções de Horácio Lafer tanto não estavam em desacordo com suas concepções pretéritas, como o desenho do Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico – o já referido Plano Lafer –, que pode ser encarado como uma síntese do projeto de desenvolvimento econômico que

vinha sendo gestado no país por aquela geração. Se foi um *fiel da balança*, Lafer não o foi no sentido de equilibrar forças e ideologias no governo Vargas, mas contribuiu ao oferecer respaldo técnico e apontar a viabilidade financeira para a implementação do projeto de desenvolvimento nacional.

O rápido desfecho do governo, para Lafer, e o trágico fim, para Vargas, parecem autorizar as leituras que buscam reduzir as medidas do período a ações não coordenadas por parte de um governo sem objetivos claros. Entretanto, foi das ações adotadas por esse governo que resultou a criação da Petrobras, do Fundo Nacional de Eletrificação, da Comissão de Desenvolvimento Industrial, do BNDE, do Banco do Nordeste do Brasil, entre tantas outras instituições de importância maiúscula para a história do Brasil contemporâneo. Assim, a aceleração do tempo histórico que esse governo representou para as conquistas do país deve ser compreendida como resultado de sedimentação de um projeto nacional de desenvolvimento que vinha sendo gestado havia muito, em especial, resultado da ação dos industriais e da nova geração de técnicos oriundos de instituições como o DASP, o Banco do Brasil, a SUMOC e o BNDE.

Conquanto muitos desafios não tenham sido superados naquela quadra histórica, como a permanente questão da desigualdade social, essa geração esteve comprometida – mesmo que nem sempre com plena coesão – com um projeto definido de desenvolvimento nacional. O estabelecimento de instituições e programas duradouros com vistas à industrialização e à modernização do país respondeu, em parte, pelas elevadas taxas de crescimento econômico observadas nos 30 anos que se seguiram ao início do segundo governo Vargas.

Referências

Discursos parlamentares

LAFER, H. Estado, sociedade e iniciativa privada. *Discurso na Constituinte de 1934*. Sessão de 16 de dezembro de 1933. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Tarifa, indústria e agricultura. *Declaração de voto na Constituinte de 1934*. Sessão de 11 de dezembro de 1933. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Equilíbrio orçamentário e agricultura. *Discurso na Constituinte de 1934*. Sessão de 16 de janeiro de 1934. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Fiscalização dos gastos públicos. *Discurso na Constituinte de 1934*. Sessão de 16 de janeiro de 1934. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. A Economia e a reconstitucionalização do Brasil. *Discurso na Constituinte de 1934*. Sessão de 9 de março de 1934. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. A Economia e as finanças do país na década de 30. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 30 de maio de 1935. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Normas para a ação do Estado no campo econômico-financeiro. *Discurso na Constituinte de 1946*. Sessão de 28 de agosto de 1946. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. A Constituinte, o poder legislativo e os problemas políticos, econômicos e sociais no governo Dutra. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 9 de outubro de 1946. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. O Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e de Comércio. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 23 de julho de 1948. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Defesa do planejamento econômico. O Plano SALTE. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 25 de janeiro de 1949. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. A cooperação Brasil-Estados Unidos. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 24 de maio de 1949. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Mentalidade, organização e técnica – fatores de uma política econômica nacional. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 23 de setembro de 1949. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Primeiro depoimento na Câmara dos Deputados. *O Ministro da Fazenda na Câmara dos Deputados*. Sessão de 29 de outubro de 1951. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Terceiro depoimento na Câmara dos Deputados. *O Ministro da Fazenda na Câmara dos Deputados*. Sessão de 07 de abril de 1953. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Origens e funções do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Discurso na Câmara dos Deputados*. Sessão de 22 de agosto de 1956. In: LAFER, Celso (Org.). *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

Documentos oficiais

CBE. *I Congresso Brasileiro de Economia*. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1943.

CONCLAP. *Carta econômica de Teresópolis*. Conferência Nacional das Classes Produtoras do Brasil. Teresópolis, 1945.

MCN. Getúlio Vargas. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 1951.

Bibliografia geral

ALMEIDA, R. Prefácio. In: D'ARAÚJO, M. C. (Org.). *O Segundo Governo Vargas (1951-54)*. Democracia, Partidos e Crise política. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentistas de Getúlio Vargas. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. Desenvolvimentismo incoerente? Comentário sobre o Projeto do Segundo Governo Vargas. *Economia*, v. 6, n. 3, p. 191-222, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOTO, C. Nacionalidade, escola e vota: a liga nacionalista de São Paulo. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, v. 17-8, 1994-5.

CALICCHIO, V. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. In: ABREU, A. A. et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

COUTO, R. C. *A saga da família Klabin-Lafer*. Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017.

CURI, L. F. B.; SAES, A. M. Cuestionando las ortodoxias: Roberto Simonsen y Wladimir Woytinsky en el ambiente intelectual del período de entreguerras. *Investigaciones de Historia Económica*, v.11 (3), p. 141-152, 2015.

CURI, L. F. B. *Entre a história e a economia*. O pensamento econômico de Roberto Simonsen. São Paulo: Alameda, 2016.

D'ARAÚJO, M. C. *O Segundo Governo Vargas (1951-54)*. Democracia, Partidos e Crise política. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

DINIZ, E. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Nem ortodoxia, nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a Economia Brasileira. *Tempo*, dossiê (28), p.19-60, 2009.

LAFER, C. Introdução a H. Lafer. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988a.

LAFER, H. *O crédito e o sistema bancário no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

LEOPOLDI, M. A. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas, 1951-54. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, C.; FIORI, J. L. Houve uma política nacional-populista? *XII Encontro Nacional de Economia*. São Paulo: ANPEC, 1984.

LEVI-MOREIRA, S. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História*, n. 116, 1984.

GOMES, A. de C. A representação de classes na constituinte de 1934. *Revista de Ciência Política*, 21 (3), p. 53-116, 1978.

GOMES, C. V. O. *A transição incompleta: Horácio Lafer e a defesa do liberalismo na constituinte de 1946*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2008.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOLA, L. *Ideias Econômicas e Decisões Políticas*. São Paulo: EDUSP, 1988.

VIANNA, S. B. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

_____. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A Ordem do Progresso*. Duzentos anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. A. O pós-guerra, 1945-55. In: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

¹ Este trabalho contou com o apoio de pesquisa de Guilherme de Mello Souza Jordi Derzi, graduando em economia pela FEA/USP, o qual agradecemos.

² Para interpretações que acentuam o caráter nacionalista do governo, ver Maria Antonieta Leopoldi (1994) e Eli Diniz (1978). Fiori e Lessa (1984) chegam a caracterizar o projeto como um “sonho prussiano”. Relativizando tais perspectivas, conferir as leituras que indicam que Getúlio Vargas nunca excluiu o capital estrangeiro como instrumento de financiamento de seu projeto de desenvolvimento: Pedro Cezar Dutra Fonseca (2009) e Pedro Paulo Bastos (2012).

³ Thomas Skidmore apresenta a ambiguidade da política econômica por conta das medidas contraditórias necessárias para resolver os desafios de curto prazo, como inflação e déficits no balanço de pagamentos, e os objetivos de longo prazo, como o projeto de industrialização (Skidmore, 1982).

⁴ Rômulo de Almeida, prefaciando a obra de Maria Celina D’Araújo, ratifica a coexistência de um setor nacionalista e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos na base do segundo governo Vargas. Para o autor, não se trataria de uma contradição, uma vez que, em sua visão, não houve uma mudança de rumo do governo em 1953. Para Rômulo – um dos atores centrais do projeto desenvolvimentista do governo –, tratava-se de um ditado da realidade que Vargas tão bem sabia compreender (Almeida, 1982, p. VI).

⁵ Para Pedro Fonseca, a saída encontrada pelo governo foi a de diminuir o ritmo do crescimento a curto prazo, acreditando que a contração econômica seria conjuntural, pois esperava-se um cenário otimista com a recuperação dos preços do café e os sinais positivos de acordos com os Estados Unidos. Nesse sentido, não se pode inferir qualquer ortodoxia ou liberalismo como ideologia dominante. Nas palavras de Fonseca: “Apesar desta controvérsia sobre a condução da política econômica, como é normal em conjuntura problemática como essa, é preciso assinalar que o ideário desenvolvimentista predominava no governo como um todo e principalmente em Vargas, cujo discurso, desde a década de 1930, mostra a tentativa de conciliar o crescimento com o equilíbrio das finanças.” (Fonseca, 2009, p. 28).

⁶ Para a Liga Nacionalista de São Paulo, ver, por exemplo, Boto (1994-5) e Levi-Moreira (1984).

⁷ No início dos anos 1930, a formulação teórica de Roberto Simonsen já se mostrava bastante sofisticada, buscando referências internacionais, como do economista romeno Mihail Manoilescu, defensor do protecionismo como instrumento de fomento da indústria e, consequentemente, do progresso. Seria, nesse sentido, um porta-voz dos industriais brasileiros (Curi; Saes, 2015).

⁸ Como expressava o discurso de Simonsen, o CIESP defenderia a racionalização dos métodos de trabalho como alternativa aos conflitos na produção, bem como a planificação das atividades econômicas como meio de viabilizar a industrialização. Com o projeto industrial em curso, associado à harmonização social, seria possível atingir o objetivo de unidade nacional (Curi, 2016).

⁹ Angela de Castro Gomes ressalta a posição de Lafer que, como Simonsen, não desejava a plena intervenção do Estado, afinal à iniciativa privada caberia função decisiva para o desenvolvimento econômico: “Era preciso cuidar para que não se chegasse aos exageros de um movimento que, visando combater as desigualdades sociais, abdicasse da completa liberdade individual e do respeito à livre iniciativa. Horácio Lafer ilustra admiravelmente esta posição” (Gomes, 1978, p. 90).

¹⁰ Valendo-se de antigas amizades de Wolf Klabin com Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas nos tempos do Rio Grande do Sul, Horácio Lafer aproveitou sua influência para promover uma das mais importantes expansões do grupo Klabin no período (Couto, 2017). A construção da planta industrial de Monte Alegre, no Paraná, contou com significativo apoio do governo Vargas por meio do incentivo à importação de máquinas, de financiamento de longo prazo, de apoio na construção da infraestrutura externa e, acima de tudo, da garantia de compra de parte da produção da fábrica. Para Ronaldo Costa Couto, “o nascente projeto em Monte Alegre se encaixava à perfeição na política industrial de Vargas. Substituição significativa de importações, empreendimento nacional, matéria-prima verde-amarela, maior segurança no estratégico setor de celulose e papel” (Couto, 2017, p. 219).

¹¹ Na década anterior, ainda como deputado, Lafer defendera a necessidade de se fiscalizar os gastos públicos por meio de um Tribunal de Contas, reiterando sua postura de defender a criação de órgãos de caráter eminentemente técnico (Lafer, 1988 [16.01.1934]).

¹² Horácio Lafer, durante o período em que se manteve distante do governo, criou outra associação civil, rival da FIESP, a Federação dos Sindicatos de Empregadores do Estado de São Paulo, que seria dissolvida com a reorganização das entidades pelo Decreto Lei nº 1.402 de 1939. Possivelmente, essa disposição de criar outra associação revelava um desentendimento político com Roberto Simonsen, o que explicaria o fato de Lafer não ter participado dos congressos organizados por Simonsen (Callicchio, 2010).

¹³ Na abertura do congresso, o objetivo estava foi explicitamente apresentado: “O Congresso Brasileiro de Economia, a realizar-se na capital da República, por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre 25 de novembro e 18 de dezembro de 1943, destina-se especialmente ao exame e ao debate dos principais problemas econômicos brasileiros em face da situação mundial” (CBE, 1943, p. 11).

¹⁴ Para uma análise do funcionamento da CONCLAP, conferir Diniz (1978).

¹⁵ “João Daudt d’Oliveira fala sobre o Brasil”, *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, ACRJ, ano 1, n.1, dezembro de 1945, p. 39.

¹⁶ “Caminho para a libertação do Brasil”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de maio, 1945, p. 11.

¹⁷ “A conferência das classes produtoras”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 de abril, 1945, p. 5.

¹⁸ “A conferência de Teresópolis”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 de maio, 1945, p. 2.

¹⁹ “O planejamento da economia brasileira”, *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 2 de setembro, 1945, p. 3.

²⁰ No terceiro depoimento de Lafer à Câmara dos Deputados, em abril de 1953, há um longo relatório do Ministério da Fazenda para o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito sobre o Banco do Brasil (Lafer, 1988 [07.04.1953], p. 723-730).

²¹ *Folha da Manhã*, 15 de maio de 1948, p. 1.

²² Anos mais tarde, no pronunciamento de encerramento da V Série de Sessões da CEPAL, no Rio de Janeiro, Horácio Lafer, em contraposição aos preceitos liberais defensores da vocação agrária do país, mostrava como a industrialização já se mostrava como algo incontornável naquele momento: “A própria ideia de que uma ênfase exagerada vinha sendo dada à industrialização foi aqui colocada em seus devidos termos, isto é, reafirmou-se o princípio básico de um desenvolvimento harmonioso dos vários setores produtivos: tecnificação da agricultura e reforma agrária, ao lado da industrialização...”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de abril de 1953, p. 8.

²³ *Folha da Manhã*, 2 de fev. 1951, p. 1.

²⁴ Pedro Paulo Bastos retoma a carta de Lafer para Whitaker, usada por Vianna (1987), para, argumentar que o ministro dava “de integral apoio à orientação do Presidente Getúlio Vargas”, por meio de dois alicerces básicos: o da recuperação do crédito governamental, como instrumento para financiar o desenvolvimento econômico, e a redução dos custos de produção, que impactaria na queda dos preços finais à população (Bastos, 2005, p. 200).

²⁵ *Folha da Manhã*, 2 de fev. 1951, p. 1.

²⁶ Celso Lafer, analisando o discurso de Horácio Lafer na transmissão de cargo de ministro da Fazenda para Oswaldo Aranha, reitera a relevância do papel da Comissão de Desenvolvimento Industrial, cujos projetos foram a base para a política industrial de JK, para os estudos assumidos posteriormente pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), setor base do crescimento econômico do período (Lafer, 1988a).